

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ÉTICA DA
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

JANDIRA FEGHALI, brasileira, médica, divorciada, portadora do RG nº 035238062 DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 434.281.697-00, atualmente no exercício do cargo de Deputada Federal pelo PCdoB/RJ, líder da minoria na Câmara dos Deputados, com endereço na Esplanada dos Ministérios, Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, gabinete 622 – anexo IV, endereço eletrônico dep.jandirafeghali@camara.leg.br, vem perante Vossa Excelência, com fundamento nos artigos 5º, inciso XXXIV e 37 da Constituição Federal, artigos 2º, 3º, 4º e 5º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 13, 17 e 18 do Código de Conduta da Alta Administração Federal, artigos 2º, 8º e art 19 da Resolução nº 10, de 29 de setembro de 2008, da Comissão de Ética da Presidência da República, apresentar

REPRESENTAÇÃO

contra o SENHOR FABIO WAJNGARTEN, atual chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

1. No dia 15 de Janeiro de 2020, o jornal Folha de São Paulo fez publicar matéria investigativa assinada pelos jornalistas Fábio Fabrini e Julio Wiziack dando conta de suposto conflito de interesse entre as atividades desempenhadas pelo senhor Fabio Wajngarten, que exerce o cargo público de chefe da secretaria de comunicação social da Presidência da República e também é sócio da empresa FW Comunicação e Marketing, a qual possui contratos de prestação de serviços com emissoras de

televisão e de agências de publicidade que recebem verbas públicas da SECOM, ministérios e empresas estatais.

2. Como é sabido, o Decreto nº 9.669, de 2 de janeiro de 2019, estabelece que a Secom é órgão específico e singular da Secretaria de Governo, a quem compete assistir direta e imediatamente o Presidente da República, especialmente: a) na formulação e na implementação da política de comunicação e divulgação social e de programas informativos do Poder Executivo federal; b) na coordenação da comunicação interministerial e das ações de informação e difusão das políticas do Governo federal; c) na coordenação, na normatização, na supervisão e no controle da publicidade e dos patrocínios dos órgãos e das entidades da administração pública federal, direta e indireta, e das sociedades sob o controle da União; d) no relacionamento com meios de comunicação, entidades dos setores de comunicação e nas atividades de relacionamento público-social.
3. Já a empresa FW Comunicação e Marketing oferece um serviço denominado “controle de concorrência”, além de estudos de mídia para TVs e agências, incluindo mapas de anunciantes do mercado e verifica se peças publicitárias contratadas foram veiculadas. E, segundo apuração feita pelo referido jornal a empresa FW tem contratos com ao menos cinco empresas que recebem verbas públicas do governo federal, entre elas a Band e a Record. De acordo com a reportagem¹:

Em 2019, a Band, por exemplo, pagou R\$ 9.046 por mês (R\$ 109 mil no ano) à empresa do chefe da secretaria por consultorias diversas. O valor mensal corresponde à metade do salário de Wajngarten no governo (R\$ 17,3 mil).

Os montantes foram confirmados à Folha pelo próprio Grupo Bandeirantes, ao ser procurado. A emissora informou que contrata a FW desde 2004. Disse também

¹ FOLHA DE SÃO PAULO: **Chefe da Secom recebe dinheiro de emissoras e agências contratadas pelo governo Bolsonaro**. Matéria assinada por Fábio Fabrini e Julio Wiziack, publicada na mídia digital e impressa no dia 15 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/chefe-da-secom-recebe-dinheiro-de-emissoras-e-agencias-contratadas-pelo-governo-bolsonaro.shtml> Acesso em 16 de janeiro de 2020.

ter pago a ela R\$ 10.089 mensais em 2017 e R\$ 8.689 mensais em 2018.

A Band afirmou que a empresa do secretário “presta serviços para todas as principais emissoras da TV aberta”, fornecendo vários tipos de serviço, entre eles o mapeamento de anunciantes, com detalhamento de montantes investidos – ferramenta em geral usada pelos departamentos comerciais.

4. Ao ser questionado sobre o assunto, o chefe da Secom confirmou que sua empresa tem contratos com as emissoras de TV Band e Record desde 2003, mas que não poderia fornecer maiores detalhes em razão de cláusula de confidencialidade existente nos mesmos.
5. Importante trazer à baila o fato de que o Tribunal de Contas da União já está investigando, a partir de representação do Ministério Público de Contas, a nova sistemática de distribuição das verbas publicitárias para TVs abertas, inaugurada na gestão de Fabio Wajngarten, que beneficiou algumas emissoras, principalmente Record e SBT, em detrimento de outras de maior audiência, como a Rede Globo². A investigação do Tribunal de Contas avalia se os recursos públicos estão sendo distribuídos com critérios eminentemente políticos. Em relatório, concluído em 31 de outubro de 2019, os técnicos do TCU dizem ser necessário aferir se a “mudança de comportamento” do governo esteve amparada em critérios “objetivos e isonômicos”.
6. Conforme levantamento feito pela Folha de São Paulo a partir de dados disponibilizados pela própria Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República³:

De 12 de abril, data em que Bolsonaro nomeou Wajngarten, a 31 de dezembro do ano passado, a Secom destinou à Band 12,1% da verba publicitária para TVs abertas, ante 9,8% no mesmo período de 2018. A Record obteve 27,4% e o SBT 24,7%. No ano anterior, as duas

² FOLHA DE SÃO PAULO: **Globo perde participação em verba oficial de publicidade sob Bolsonaro**. Matéria assinada por Fábio Fabrini, publicada na mídia digital e impressa no dia 12 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/globo-perde-participacao-em-verba-oficial-de-publicidade-sob-bolsonaro.shtml> Acesso em 16 de janeiro de 2020.

³ Idem nota 1.

havam recebido, respectivamente 23,6% e 22,5%. Já a Globo, sob Wajngarten, ficou com percentual menor (13,4%), contra 24,6% em 2018.

7. Além das emissoras de televisão, a matéria veiculada pela Folha e São Paulo revela que três agências de publicidade, quais sejam: a Artplan, a Nova/SB e a Propeg, clientes da empresa FW Comunicação e Marketing, cuja sociedade o senhor Fábio Wajgarten faz parte, se beneficiaram de renovações contratuais recentes com a Secom⁴:

(...) A FW faz checking para três agências responsáveis pela publicidade da Caixa. Trata-se da Artplan, da Nova/SB e da Propeg. O valor é de R\$ 4.500 mensais, segundo confirmou a Propeg. As três atendem outros órgãos do governo.

Em agosto do ano passado, o próprio Wajgarten assinou o termo aditivo e prorrogou por mais 12 meses o contrato da Artplan com a Secom, de R\$ 127,3 milhões.

Em janeiro, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) renovou por mais um ano o vínculo com a Nova/SB e a Propeg. As duas também conseguiram, respectivamente, esticar contratos com os ministérios da Saúde e do Turismo. Nesses casos, os aditivos foram firmados por outros gestores. (...)

8. Dados da Receita e da Junta Comercial de São Paulo, acessados pelos jornalistas da Folha, informam que na composição societária da empresa FW Comunicação e Marketing figuravam como sócios até abril de 2019 Fabio Wajgarten com 95% do capital social e sua mãe Clara Wajngarten com 5% da sociedade. Adicionalmente, Fabio só teria deixado a função de administrador da empresa no dia 15 de abril de 2019, três dias depois de a sua nomeação no cargo público de chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República ser publicada no Diário Oficial da União.
9. Nesse sentido, matéria publicada pelo jornal O Estado de São Paulo, também no dia 15 de janeiro de 2020, informa que quando Fabio

⁴ Idem nota 1.

Wajgarten deixou a administração da FW Comunicação e Marketing, o senhor Fabio Liebman assumiu imediatamente o posto em abril de 2019. Ocorre que, coincidentemente, o novo administrador da FW é irmão do adjunto de Fabio Wajgarten na Secom, quem seja, Samy Liberman. Por sua vez, Samy Liberman atua na área responsável pela liberação da verba de publicidade do governo federal, e segundo o periódico⁵:

Foi Wajngarten quem levou Samy para a Secom. Ele trocou Miami por Brasília para atuar como número dois da comunicação do governo. No Palácio do Planalto é visto como o “braço esquerdo e direito” de Wajngarten.

Escolhido para ser o administrador de sua empresa, a FW Comunicação, Fabio Liberman aparece nos cadastros da Receita Federal como dono ou sócio de mais de uma dezena de outros negócios. Essas empresas atuam em setores variados, que vão do ramo das clínicas de reprodução humana ao negócio imobiliário. Liberman conta com mais de 11 sócios em seus negócios declarados à Receita. Um deles, o do ramo imobiliário, tem capital social declarado de R\$ 2.269.906,00.

10.As informações contidas nos importantes periódicos acima referidos indicam suposto conflito de interesse entre o cargo público exercido pelo ora representado e sua empresa FW Comunicação e Marketing, bem como afronta ao Código de Conduta da Alta Administração Federal, sobretudo nos seguintes dispositivos:

Art. 3º No exercício de suas funções, as autoridades públicas deverão pautar-se pelos padrões da ética, sobretudo no que diz respeito à integridade, à moralidade, à clareza de posições e ao decoro, com vistas a motivar o respeito e a confiança do público em geral.

Parágrafo único. Os padrões éticos de que trata este artigo são exigidos da autoridade pública na relação entre suas atividades públicas e privadas, de modo a prevenir eventuais conflitos de interesses.

⁵ O Estado de São Paulo. Secretário de Comunicação colocou o irmão de auxiliar para administrar a empresa. Matéria assinada por Julia Lindner e Daniel Weterman, publicada na mídia digital em 15 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,chefe-da-secom-nao-informou-empresa-a-comissao-de-etica-da-presidencia,70003160481> Acesso em: 16 de janeiro de 2020.

Art. 4º Além da declaração de bens e rendas de que trata a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, a autoridade pública, no prazo de dez dias contados de sua posse, enviará à Comissão de Ética Pública - CEP, criada pelo Decreto de 26 de maio de 1999, publicado no Diário Oficial da União do dia 27 subsequente, na forma por ela estabelecida, informações sobre sua situação patrimonial que, real ou potencialmente, possa suscitar conflito com o interesse público, indicando o modo pelo qual irá evitá-lo.

Art. 5º As alterações relevantes no patrimônio da autoridade pública deverão ser imediatamente comunicadas à CEP, especialmente quando se tratar de:

I - atos de gestão patrimonial que envolvam:

a) transferência de bens a cônjuge, ascendente, descendente ou parente na linha colateral;

b) aquisição, direta ou indireta, do controle de empresa; ou

c) outras alterações significativas ou relevantes no valor ou na natureza do patrimônio;

Art. 13. As propostas de trabalho ou de negócio futuro no setor privado, bem como qualquer negociação que envolva conflito de interesses, deverão ser imediatamente informadas pela autoridade pública à CEP, independentemente da sua aceitação ou rejeição.

11. Ao que tudo indica o representado não comunicou à Comissão de Ética Pública da Presidência da República sobre os negócios da FW Comunicação e Marketing, tampouco das alterações no estatuto social, como o exigiam as disposições do Código de Conduta da Alta Administração Federal, sobretudo, porque, na data de sua posse no cargo da Secom ele ainda constava oficialmente como administrador no estatuto social da referida empresa.

12. Além disso, faz-se mister sopesar a legalidade da conduta do representado frente às disposições da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, que dispõe sobre o conflito de interesse no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo Federal. Esta lei define conflito de interesse como sendo *“a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública”* (art.

3º, inciso I). Diante da preocupação emanada pela norma, é de fácil compreensão a regra contida nos artigos 4º e 5º do referido diploma legal:

Art. 4º O ocupante de cargo ou emprego no Poder Executivo federal deve agir de modo a prevenir ou a impedir possível conflito de interesses e a resguardar informação privilegiada.

§ 1º No caso de dúvida sobre como prevenir ou impedir situações que configurem conflito de interesses, o agente público deverá consultar a Comissão de Ética Pública, criada no âmbito do Poder Executivo federal, ou a Controladoria-Geral da União, conforme o disposto no parágrafo único do art. 8º desta Lei.

§ 2º A ocorrência de conflito de interesses independe da existência de lesão ao patrimônio público, bem como do recebimento de qualquer vantagem ou ganho pelo agente público ou por terceiro.

Art. 5º Configura conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal:

I - divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiro, obtida em razão das atividades exercidas;

II - exercer atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe;

III - exercer, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja incompatível com as atribuições do cargo ou emprego, considerando-se como tal, inclusive, a atividade desenvolvida em áreas ou matérias correlatas;

IV - atuar, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados nos órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

V - praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agente público, seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em

linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão;

VI - receber presente de quem tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento; e

VII - prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada, fiscalizada ou regulada pelo ente ao qual o agente público está vinculado.

Parágrafo único. As situações que configuram conflito de interesses estabelecidas neste artigo aplicam-se aos ocupantes dos cargos ou empregos mencionados no art. 2º ainda que em gozo de licença ou em período de afastamento.

13. No caso, a lei exige a prevenção de qualquer conduta que possa ensejar conflito de interesse, e dispensa o prejuízo ao Erário para a sua configuração. Portanto, é imperioso que esta douta Comissão de Ética perscrute a conduta do servidor público ora representado, principalmente para averiguar se ele não utilizou de informações privilegiadas e não exerceu atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão da Secom. Pois, os fatos noticiados pelos jornais citados são graves e sugerem que há indícios de favorecimento de empresas clientes da FW Comunicação e Marketing na renovação de contratos com a administração pública federal e aumento de transferência de verbas públicas geridas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República para as mesmas empresas.
14. O conflito de interesses no âmbito da Administração Pública deve respeitar a supremacia do interesse público. Assim, no exercício do cargo o funcionário está comprometido com os preceitos legais contidos na Lei 12.813/13. Sem dúvidas, este é um princípio bastante caro à

Administração Pública já que “ele inspira o legislador e vincula a autoridade administrativa em toda a sua atuação”⁶.

15. Importante ressaltar que os atos da administração pública devem estar em coerência com as disposições normativas, princípio da legalidade, o que gera segurança jurídica para o sistema e proteção à sociedade em seu coletivo. Esta proteção se dá contra os abusos de poder que podem vir a acontecer e prejudicar o interesse público, pois “logicamente, as relações sociais vão ensejar, em determinados momentos, um conflito entre o interesse público e o interesse privado, mas, ocorrendo esse conflito, há de prevalecer o interesse público”⁷.

16. Corolários do princípio da supremacia do interesse público são os princípios da impessoalidade e da moralidade, consagrados pelo caput do artigo 37 da Constituição Federal. A impessoalidade tem por objetivo a igualdade de tratamento que a Administração deve dispensar aos administrados que se encontrem em idêntica situação jurídica. Sobre o tema, sustenta CARVALHO FILHO:

(...) para que haja verdadeira impessoalidade deve a Administração voltar-se exclusivamente para o interesse público, e não para o privado, vedando-se em consequência, sejam favorecidos alguns indivíduos em detrimento de outros e prejudicados alguns para o favorecimento de outros.

17. No que concerne à moralidade ensina o ilustre administrativista⁸:

O princípio da moralidade impõe que o administrador público não dispense os preceitos éticos que devem estar presentes em sua conduta. Deve não só averiguar os critérios de conveniência, oportunidade e justiça em suas ações, mas também distinguir o que é honesto do que é desonesto. (...)

⁶ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Editora Atlas, 2008, p. 63.

⁷ CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 26.

⁸ Idem, p. 22.

O art. 37 da Constituição Federal também a ele se referiu expressamente, e pode-se dizer, sem receio de errar, que foi bem aceito no seio da coletividade, já sufocada pela obrigação de ter assistido aos desmandos de maus administradores, frequentemente na busca de seus próprios interesses ou de interesses inconfessáveis, relegando para último plano os preceitos morais de que não deveriam afastar-se. O que pretendeu o Constituinte foi exatamente coibir essa imoralidade no âmbito da Administração.(...)

18.O Supremo Tribunal Federal, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, já firmou o entendimento de que o princípio da moralidade tem conteúdo que extrapola o campo jurídico, ou seja, confere ao princípio uma dimensão ética. Nas palavras da Corte:

O princípio da moralidade administrativa – enquanto valor constitucional revestido de caráter ético-jurídico – condiciona a legitimidade e a validade dos atos estatais. A atividade estatal, qualquer que seja o domínio institucional de sua incidência, está necessariamente subordinada à observância de parâmetros ético-jurídicos que se refletem na consagração constitucional do princípio da moralidade administrativa. Esse postulado fundamental, que rege a atuação do poder público, confere substância e dá expressão a uma pauta de valores éticos sobre os quais se funda a ordem positiva do Estado.[**ADI 2.661 MC**, rel. min. Celso de Mello, j. 5-6-2002, P, *DJ* de 23-8-2002.]

19.A referência a esses princípios constitucionais não é mera digressão teórica, eles são importantes para a apreciação do caso aqui exposto e para a aferição acerca da adequação da conduta do alto servidor público na figura do representado. Inclusive porque tais princípios também são considerados pelo neoconstitucionalismo como normas jurídicas que devem ser observadas pelos administrados.

20.O ministro Luiz Roberto Barroso afirma que o reconhecimento de normatividade aos princípios e sua distinção qualitativa em relação às regras é um dos símbolos do pós positivismo. Segundo ele⁹:

⁹ BARROSO, Luiz Roberto. Neoconstitucionalismo e Constitucionalização do Direito. (O Triunfo Tardio do Direito Constitucional no Brasil). Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado(RERE), Salvador: Instituto

O reconhecimento de normatividade aos princípios e sua distinção qualitativa em relação às regras é um dos símbolos do pós positivismo. Princípios não são, como as regras, comandos imediatamente descritivos de condutas específicas, mas sim normas que consagram determinados valores ou indicam fins públicos a serem realizados por diferentes meios.

21. Além disso, os princípios constitucionais são considerados normas jurídicas qualificadas, assim entendidas por orientarem a atuação de outras normas. Tal entendimento é corroborado pela doutrina de Roque Antonio Carrazza¹⁰:

Um princípio jurídico-constitucional, em rigor, não passa de uma norma jurídica qualificada. Qualificada porque, tendo âmbito de validade maior, orienta a atuação de outras normas, inclusive as de nível constitucional. Exerce, tal princípio, uma função axiologicamente mais expressiva, dentro do sistema jurídico. Tanto que sua desconsideração traz à sirga consequência muito mais danosas que a violação de uma simples regra. Mal comparando, acutilar um princípio constitucional é como destruir os mourões de uma ponte, fato que, por certo, provocará o seu desabamento. Já, lanhar um regra, corresponde a comprometer uma grade desta mesma ponte, que apesar de danificada, continuará de pé.

22. Por fim, os princípios da publicidade e da transparência dos atos administrativos exigem que o representado explique em que

Brasileiro de Direito Público no 9, marco, abril, maio, 2007. p.10. Disponível na internet: www.direitodoestado.com.br./rere/asp. Acesso em 17.01.2020

¹⁰ CARRAZA, Roque Antonio. Princípios constitucionais tributários e competência tributária. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986, p. 13

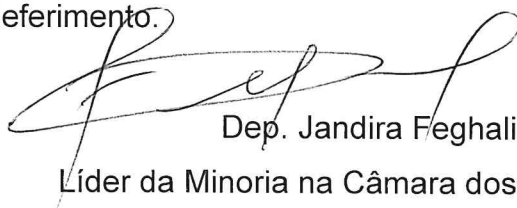
circunstâncias se deu a renovação dos contratos com as empresas clientes da FW Comunicação e Marketing, a sua eventual influência sobre a gestão do senhor Fabio Liebman na FW, bem como esclareça os motivos determinantes e os novos critérios de divisão das verbas de publicidade do governo federal entre as emissoras de televisão inaugurados na sua gestão à frente da Secom, para afastar quaisquer indícios sobre sua conduta que se espera conforme às normas legais, infra legais e éticas.

23. Diante do exposto, requer:

- I. A admissibilidade desta Representação e a instauração de procedimento preliminar nesta Comissão de Ética para investigar a conduta do Representado Fabio Wajgarten, diante dos fatos relatados nas matérias jornalísticas mencionadas;
- II. A instauração de processo de apuração de Ética para aferir a adequação das atividades de Fabio Wajgarten com o Código de Conduta da Alta Administração Federal, ouvindo-se o Representado;
- III. O envio de cópia dos autos às autoridades competentes para apuração de possível ocorrência de ilícitos penais, civis ou de improbidade administrativa, sem prejuízo da adoção das demais medidas de sua competência.
- IV. A exoneração do senhor Fabio Wajgarten do cargo de chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Termos em que

Pede deferimento.



Dep. Jandira Feghali

Líder da Minoria na Câmara dos Deputados

FOLHA DE S.PAULO



GOVERNO BOLSONARO ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/ESPECIAL/2018/GOVERNO-BOLSONARO](https://www1.folha.uol.com.br/especial/2018/governo-bolsonaro))

Chefe da Secom recebe dinheiro de emissoras e agências contratadas pelo governo Bolsonaro

Legislação proíbe integrantes do governo de manter relação com empresas que possam ser afetadas por suas decisões; Wajngarten nega conflito de interesses

15.jan.2020 às 12h00

Atualizado: 15.jan.2020 às 16h22



EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/01/16/>)

Fábio Fabrini (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/fabio-fabrini.shtml>)

Julio Wiziack (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/julio-wiziack.shtml>)

BRASÍLIA Chefe da Secom (Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República), Fabio Wajngarten (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/chefe-da-secom-sugere-boicote-publicitario-apos-reportagem-da-folha.shtml>) recebe, por meio de uma empresa da qual é sócio, dinheiro de emissoras de TV e de agências de publicidade contratadas pela própria secretaria, ministérios e estatais do governo Jair Bolsonaro.

A Secom é a responsável pela distribuição da verba de propaganda do Planalto (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/gasto-do-governo-federal-com-publicidade-cresce-e-record-supera-globo.shtml>) (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/bolsonaro-quer-mudar-regras-para-remuneracao-de-contratos-de-publicidade.shtml>) e também por ditar as regras para as contas dos demais órgãos federais. No ano passado, gastou R\$ 197 milhões em campanhas.

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA



Fabio Wajngarten, chefe da Secom, e Jair Bolsonaro durante cerimônia no Palácio da Alvorada, em Brasília - Ueslei Marcelino/Reuters - 19.nov.2019

Wajngarten assumiu o comando da pasta em abril de 2019. Desde então, se mantém como principal sócio da FW Comunicação e Marketing, que oferece ao mercado um serviço conhecido como Controle da Concorrência. Tem 95% das cotas da empresa e sua mãe, Clara Wajngarten, outros 5%, segundo dados da Receita e da Junta Comercial de São Paulo.

A FW fornece estudos de mídia para TVs e agências, incluindo mapas de anunciantes do mercado. Também faz o chamado checking, ou seja, averiguar se peças publicitárias contratadas foram veiculadas.

A **Folha** confirmou que a FW tem contratos com ao menos cinco empresas que recebem do governo, entre elas a Band e a Record, cuja participação na verba publicitária da Secom vêm crescendo

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/globo-perde-participacao-em-verba-oficial-de-publicidade-sob-bolsonaro.shtml>

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA



Prédio onde está localizada a FW Comunicação e Markentig, de Fabio Wajngarten, no Jardim Paulista, zona oeste de São Paulo - Zanone Fraissat/Folhapress

A legislação vigente proíbe integrantes da cúpula do governo de manter negócios com pessoas físicas ou jurídicas que possam ser afetadas por suas decisões. A prática implica conflito de interesses e pode configurar ato de improbidade administrativa, demonstrado o benefício indevido. Entre as penalidades previstas está a demissão do agente público.

Em 2019, a Band, por exemplo, pagou R\$ 9.046 por mês (R\$ 109 mil no ano) à empresa do chefe da secretaria por consultorias diversas. O valor mensal corresponde à metade do salário de Wajngarten no governo (R\$ 17,3 mil).

Os montantes foram confirmados à **Folha** pelo próprio Grupo Bandeirantes, ao ser procurado. A emissora informou que contrata a FW desde 2004. Disse também ter pago a ela R\$ 10.089 mensais em 2017 e R\$ 8.689 mensais em 2018.

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

eles o mapeamento de anunciantes, com o detalhamento de montantes investidos —ferramenta em geral usada pelos departamentos comerciais.

Questionado pela **Folha** sobre as relações comerciais com as emissoras, Wajngarten confirmou ter hoje negócios com a Band e a Record. Ele não informou os valores, justificando que os contratos têm cláusulas de confidencialidade.

Além das TVs, a FW faz checking para três agências responsáveis pela publicidade da Caixa. Trata-se da Artplan, da Nova/SB e da Propeg. O valor é de R\$ 4.500 mensais, segundo confirmou a Propeg.

As três atendem outros órgãos do governo.

Em agosto do ano passado, o próprio Wajngarten assinou termo aditivo e prorrogou por mais 12 meses o contrato da Artplan com a Secom, de R\$ 127,3 milhões.

Em janeiro, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) renovou por mais um ano o vínculo com a Nova/SB e a Propeg.

As duas também conseguiram, respectivamente, esticar contratos com os ministérios da Saúde e do Turismo. Nesses casos, os aditivos foram firmados por outros gestores.

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA



O secretário especial de Comunicação Social, Fabio Wajngarten - Carolina Antunes/PR

Sob o comando de Wajngarten, a Secom passou a destinar para Band, Record e SBT fatias maiores (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/globo-perde-participacao-em-verba-oficial-de-publicidade-sob-bolsonaro.shtml>) da verba publicitária para TV aberta, enquanto a Globo, líder de audiência, viu suas receitas despencarem a um patamar mais baixo que o das concorrentes.

Nos governos anteriores, a emissora carioca recebia a maior parte do bolo, tendência que agora se inverteu.

Bolsonaro (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/bolsonaro-ataca-globo-e-witzel-e-nega-envolvimento-no-caso-marielle.shtml>) e Wajgarten (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/11/secretaria-de-bolsonaro-diz-que-globo-deveria-falar-de-supostos-pagamentos-de-propina-na-copa.shtml>) **fazem ataques recorrentes à Globo** (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/apos-ameacar-globo-e-folha-bolsonaro-diz-que-lula-defende-censura-da-midia.shtml>), com o discurso de que a emissora persegue o governo em sua cobertura jornalística.

O TCU (Tribunal de Contas da União) investiga possível distribuição das

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

Os programas dos apresentadores Datena (Band)

(<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/sem-apresentar-provas-bolsonaro-diz-que-estao-armando-busca-na-casa-de-um-de-seus-filhos.shtml>) e Ratinho (SBT) (<https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2019/06/bolsonaro-vai-pela-3a-vez-em-1-mes-no-sbt-e-sera-o-convidado-do-programa-do-ratinho-desta-terca.shtml>),

escolhidos recorrentemente por Bolsonaro para dar entrevistas em que defende medidas de sua gestão, vêm sendo contemplados com dinheiro para merchandising (propaganda inserida nas atrações).



Jair Bolsonaro durante entrevista com o apresentador José Luiz Datena, da Band - Isac Nóbrega/PR

De 12 de abril, data em que Bolsonaro nomeou Wajngarten, a 31 de dezembro do ano passado, a Secom destinou à Band 12,1% da verba publicitária para TVs abertas, ante 9,8% no mesmo período de 2018.

A Record obteve 27,4% e o SBT, 24,7%. No ano anterior, as duas haviam recebido, respectivamente, 23,6% e 22,5%.

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

Já a Globo, sob Wajngarten, ficou com percentual menor (13,4%), contra 24,6% em 2018.

O levantamento foi feito pela **Folha** com base em planilhas da própria secretaria.

A lei que trata do conflito de interesses na administração federal proíbe o agente público de exercer atividade que implique a “prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio” com empresas com interesse nas decisões dele.

Também veda que o ocupante de cargo no Executivo pratique “ato em benefício de pessoa jurídica de que participe ele próprio, seu cônjuge, companheiro ou parentes até o terceiro grau”, ou mesmo que “possa ser por ele beneficiada ou influenciar seus atos de gestão”.

As situações de possível choque do interesse privado com o público devem ser informadas pelo próprio servidor ao governo.

Para cargos como o ocupado por Wajngarten, a fiscalização é feita pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

Ex-presidente do colegiado, Mauro Menezes diz que situações como a do secretário transgridem a lei. A sanção prevista é a de demissão.

Segundo ele, que falou com a **Folha** sobre uma situação hipotética, nesses casos cabe também a abertura de ação de improbidade administrativa.

Dias antes de assumir a função de secretário especial de Comunicação, Wajngarten mudou o contrato social da FW e nomeou para gerenciá-la, em seu lugar, um administrador.

Manteve-se, contudo, como principal cotista da empresa. O novo contrato social prevê a distribuição anual para os sócios de lucros e dividendos proporcionais à participação no capital social.

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

Wajngarten afirma que não há “nenhum conflito” de interesses em manter negócios com empresas que a Secom e outros órgãos do governo contratam.

“Todos os contratos existem há muitos anos e muito antes de sua ligação com o poder público”, afirmou, por meio de nota da Secom.

Wajngarten disse que, para assumir sua função no Planalto, deixou o posto de administrador da FW, “como rege a legislação”.

Questionado sobre se reportou à Comissão de Ética da Presidência os negócios com TVs e agências, conforme prevê a lei, o secretário respondeu que “jamais foi questionado” a respeito.

Wajngarten informou que atualmente sua empresa “tem contratos apenas com Record e Band”, assinados desde 2003. “Os valores e as características contratuais têm cláusula de confidencialidade.”

Ele afirmou que a FW fornece aos clientes, via internet, um banco de informações atualizadas de hora em hora. “Todo investimento publicitário televisivo é reportado. O cliente cria o relatório conforme sua necessidade.”

O secretário disse ainda que o contrato com as agências da Caixa foi assinado em 2016, “muito antes” de entrar na vida pública. O custo de R\$ 4.500 mensais é rateado entre as três contratadas.

Ele negou que a renovação do contrato da Secom com a Artplan tenha relação com o fato de sua empresa receber dinheiro da agência. E citou outras duas agências que também tiveram aditivos nos contratos.

“O aditivo contratual foi feito em 2019 com as três agências licitadas [pela Secom]. As agências Calia e NBS nunca assinaram o serviço [Controle da Concorrência], o que descarta qualquer tipo de influência.”

A Record não se pronunciou.

~~que assinatura vale muito~~

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 120 colunistas. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

ASSINE A FOLHA ([HTTPS://LOGIN.FOLHA.COM.BR/ASSINATURA/390510](https://login.folha.com.br/assinatura/390510))

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/chefe-da-secom-recebe-dinheiro-de-emissoras-e-agencias-contratadas-pelo-governo-bolsonaro.shtml>

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

FOLHA DE S.PAULO



GOVERNO BOLSONARO ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/ESPECIAL/2018/GOVERNO-BOLSONARO](https://www1.folha.uol.com.br/especial/2018/governo-bolsonaro))

Bolsonaro vê situação difícil e faz reuniões para discutir futuro de chefe da Secom

Reportagem revelou que Fabio Wajngarten recebe dinheiro de emissoras de TV e agências de publicidade contratadas pelo governo

15.jan.2020 às 20h23

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/01/16/>)

Talita Fernandes (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/talita-fernandes.shtml>)

Gustavo Uribe (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/gustavo-uribe.shtml>)

Thais Arbex (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/thais-arbex.shtml>)

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro ficou incomodado com a repercussão de reportagem publicada pela **Folha** nesta quarta-feira (15) que mostra possível conflito de interesses na atuação do chefe da Secom (Secretaria de Comunicação Social da Presidência), Fabio Wajngarten.

A **Folha** revelou que Wajngarten recebe, por meio de uma empresa da qual é sócio, dinheiro (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/chefe-da-secom-recebe-dinheiro-de-emissoras-e-agencias-contratadas-pelo-governo-bolsonaro.shtml>) de emissoras televisivas e de agências de publicidade contratadas pela própria secretaria, ministérios e estatais do governo.

A Secom é a responsável pela distribuição da verba de propaganda do Palácio do Planalto e também por ditar as regras para as contas dos demais órgãos federais. No ano passado, gastou R\$ 197 milhões em campanhas.

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

Bolsonaro passou o dia em conversas para decidir o futuro de Wajngarten, que nega irregularidades (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/folha-desconhece-a-lei-mente-e-faz-mau-jornalismo-diz-secom.shtml>).



O chefe da Secom, Fabio Wajngarten, faz pronunciamento nesta quarta (15) no Palácio do Planalto - André Coelho/Folhapress

A preocupação teve início com um telefonema do ministro da CGU (Controladoria-Geral da União), Wagner Rosário, que alertou o presidente sobre a gravidade do caso.

Bolsonaro discutiu o tema com seus principais ministros, como o chefe da Secretaria-Geral, Jorge Oliveira, e o da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos.

Ele se aconselhou com a equipe jurídica para saber como proceder. Wajngarten foi chamado também no gabinete presidencial para dar

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

Irritado, Bolsonaro condicionou a permanência dele no cargo à apresentação de sua declaração de Imposto de Renda e de outros documentos que comprovem que não há qualquer indício de irregularidade.

Assessores palacianos relataram à **Folha** um clima de tensão no Planalto.

O presidente não comentou sobre o caso publicamente e chegou a encerrar uma entrevista ao ser questionado. Ele não fez ainda qualquer manifestação pública em demonstração de apoio a Wajngarten.

O único a defender o secretário foi Ramos

(<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/ministro-de-bolsonaro-sai-em-defesa-de-chefe-da-secom-e-diz-confiar-no-trabalho-dele.shtml>), cuja pasta abriga a Secom.

A aliados o ministro admitiu ter se arrependido de ter feito uma publicação em rede social em que diz confiar em Wajngarten.

Ramos fez três posts em sua conta oficial do Twitter e duas delas foram apagadas por terem erros ou imprecisões, como a grafia de seu nome com "s" em vez de "z" em Luiz.

Preocupado com o desdobramento do caso, Wajngarten decidiu sozinho que faria um pronunciamento à imprensa para apresentar sua defesa, mas não permitiu que os repórteres fizessem perguntas.

O tema sobre verbas publicitárias é caro a Bolsonaro, que desde a campanha prometia modificar as regras de distribuição dos recursos públicos.

Embora a decisão deste momento seja sobre sua permanência, assessores palacianos dizem que o presidente vê a situação do secretário como muito delicada.

O caso será levado no próximo dia 28 à Comissão de Ética Pública da Presidência. Ainda não há um procedimento aberto para apurar a conduta do secretário, mas no encontro os integrantes do colegiado decidirão sobre uma possível análise aprofundada.

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

O que está em pauta é se a atuação de Wajngarten incorreu em conflito de interesse.

Em conversa com a **Folha**, três dos seis integrantes que atualmente estão na comissão avaliaram, em caráter reservado, haver indícios de irregularidade na postura do chefe da comunicação do governo, o que justificaria a abertura de uma investigação.

Nas palavras de um deles, ao ter recebido verbas das empresas de comunicação com contratos governamentais, houve uma violação da impessoalidade administrativa, o que configura uma infração ética.

Além disso, outro integrante lembra que era obrigação do secretário de comunicação informar, assim que assumiu o posto, que era sócio da FW Comunicação e Marketing e que mantinha contratos com empresas de comunicação, como a Record e a Band.

A lei que trata do conflito de interesses na administração federal proíbe o agente público de exercer atividade que implique a “prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio” com empresas com interesse nas decisões dele.

Ela também veda que o ocupante de cargo no Executivo pratique “ato em benefício de pessoa jurídica de que participe ele próprio, seu cônjuge, companheiro ou parentes até o terceiro grau”, ou mesmo que “possa ser por ele beneficiada ou influenciar seus atos de gestão”.

Ao todo, a Comissão de Ética é formada por seis integrantes, com mandatos de três anos. O colegiado pode aplicar penalidades como advertência pública, censura ética, ou, em casos mais graves, recomendar ao presidente a exoneração do servidor público.

No passado, as sugestões de demissão de ministros feitas pela comissão de ética pressionaram presidentes, que se viram constrangidos diante da opinião pública.

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

Em 2011, por exemplo, o então ministro do Trabalho, Carlos Lupi, entregou o cargo dias depois de o órgão recomendar sua exoneração à presidente Dilma Rousseff (PT).

Wajngarten confirmou à **Folha** ter hoje negócios com a Band e a Record. Ele não informou os valores, justificando que os contratos têm cláusulas de confidencialidade.

Além das TVs, a FW faz checking para três agências responsáveis pela publicidade da Caixa Econômica. Trata-se da Artplan, da Nova/SB e da Propeg. O valor é de R\$ 4.500 mensais, segundo confirmou a Propeg.

As três atendem outros órgãos do governo. Em agosto do ano passado, o próprio Wajngarten assinou termo aditivo e prorrogou por mais 12 meses o contrato da Artplan com a Secom, de R\$ 127,3 milhões.

sua assinatura vale muito

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 120 colunistas. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

ASSINE A FOLHA ([HTTPS://LOGIN.FOLHA.COM.BR/ASSINATURA/390510](https://login.folha.com.br/assinatura/390510))

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/bolsonaro-ve-situacao-dificil-e-faz-reunioes-para-discutir-futuro-de-chefe-da-secom.shtml>

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

Secretário de Comunicação colocou irmão de auxiliar para administrar empresa

Fabio Wajngarten é sócio de firma de marketing que vende serviço para emissoras de TV; ele deixou a função de administrador da empresa após ser nomeado

Julia Lindner e Daniel Weterman, O Estado de S.Paulo

15 de janeiro de 2020 | 18h45

Atualizado 15 de janeiro de 2020 | 22h18

BRASÍLIA - O chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (**Secom**), **Fabio Wajngarten**, colocou o irmão do seu adjunto, **Samy Liberman**, como administrador de sua empresa, a **FW Comunicação e Marketing**, uma firma que tem como cliente emissoras de TV e agências de publicidade que recebem recursos do governo. **Fabio Liberman** entrou nas empresas apenas em abril, quando Wajngarten se afastou para assumir a Secom. Seu irmão atua na área responsável pela liberação da verba de publicidade do governo.

LEIA TAMBÉM > Estudo da USP mapeia as 10 carreiras da última década

Foi Wajngarten quem levou Samy para a Secom. Ele trocou Miami por Brasília para atuar como número dois da comunicação do governo. No Palácio do Planalto é visto como o “braço esquerdo e direito” de Wajngarten.

Escolhido para ser o administrador de sua empresa, a FW Comunicação Ltda, Fabio Liberman aparece nos cadastros da Receita Federal como dono ou sócio de mais de uma dezena de outros negócios. Essas empresas atuam em setores variados, que vão do ramo das clínicas de reprodução humana ao negócio

Desejos para 2020:
Informação e economia

Assinatura Digital Completa

R\$ 99,90

E GANHE UM
SMARTWATCH





Fábio Wajngarten, secretário de Comunicação Foto: DIDA SAMPAIO/ESTADÃO

O jornal *Folha de S.Paulo* informou nesta quarta-feira que a FW tem contratos com ao menos cinco empresas que recebem recursos direcionados pela Secom, entre elas Band e Record. Em nota, Wajngarten informou que são todos “anteriores ao seu ingresso na Secom”, o da Band tem 16 anos, e “não sofreram qualquer reajuste ou ampliação”.

A reportagem não informa se o secretário conseguiu algum contrato ou reajuste depois de assumir o cargo, tampouco se usou sua posição no governo para beneficiar a empresa privada.

A Band confirmou para a Folha que se relaciona com a empresa desde 2004. Segundo o jornal, em 2019, a emissora pagou R\$ 9.046 por mês (R\$ 109 mil no ano) à empresa. Disse também ter pago a ela R\$ 10.089 mensais em 2017 e R\$ 8.689 mensais em 2018.

Wajngarten e sua mãe, Clara, são sócios da FW há 17 anos. Documentos da Junta Comercial de São Paulo informam que ele deixou a função de administrador no dia 15 de abril, três dias depois de a sua nomeação ser publicada no Diário Oficial da União.

O chefe da Secom não teria comunicado à Comissão de Ética Pública sobre os negócios da FW Comunicação e Marketing. O colegiado deve discutir em reunião no próximo dia 28 se há elementos para abrir um processo por conflito de interesses.

A legislação não impede que ele tenha participação acionária na empresa, apenas veda que seja dirigente, o que não é mais.

O Código de Conduta da Alta Administração Federal, porém, exige que, “além da declaração de bens e rendas a autoridade pública, no prazo de dez dias contados de sua posse, enviará à Comissão de Ética Pública (...) informações sobre sua situação patrimonial que, real ou potencialmente, possa suscitar conflito com o interesse público, indicando o modo pelo qual irá evitá-lo”. Nesses casos, se for instaurado processo, a punição costuma ser uma advertência.

A Secretaria de Comunicação da Presidência divulgou uma nota, no início da tarde desta quarta-feira, classificando como “ilação leviana” as denúncias veiculadas pelo jornal. De acordo com o governo, assim que assumiu o cargo público, Wajngarten se afastou da gestão da empresa e nomeou um administrador.

Ainda segundo a nota, os contratos que a FW Comunicação mantém com diferentes veículos de comunicação e agências de publicidade ocorreram bem antes de Wajngarten assumir o cargo de Secretário de Comunicação da Presidência da República.

A resposta do Planalto cita, em seu favor, a lei 8.112/90, que define as regras para o exercício de cargo público e seus impedimentos. A lei determina que, ao ocupante de cargo público, basta se afastar da administração, da gestão da empresa em que é acionista para poder exercer a função para qual foi nomeado. O Planalto diz que os contratos são firmados pela FW com as agências e emissoras são anteriores, “já existiam, não sofreram reajustes e nem foram ampliados”.

Questionado sobre a falta de comunicação sobre os negócios da empresa à Comissão de Ética Pública, Wajngarten não se manifestou.

NOTÍCIAS RELACIONADAS

Ministério da Agricultura confirma que água usada por cervejaria Backer estava contaminada

INSS cancela convênio com Previ e ameaça leiloar folha de aposentados

Tudo o que sabemos sobre:

Palácio do Planalto [Brasília]

TV Record

Jair Bolsonaro

publicidade

Secom [Secretaria Especial de Comunicação]

Secom [Secretaria Especial de Comunicação]

Fábio Wajngarten

Encontrou algum erro? Entre em contato

PUBLICIDADE

MAIS NA WEB



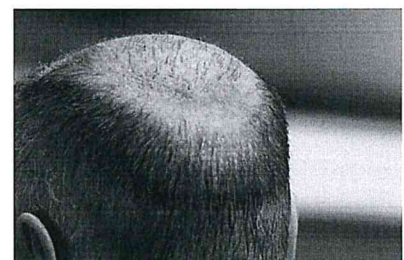
Virilidade: Ervas africanas liberadas pela Anvisa fazem sucesso entre homens

Mutuba - Segredo Africano



Adeus careca! Anvisa libera extrato natural que ativa impulso folicular anti-calvície

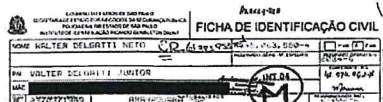
Anigi - Segredo Indígena



Fim da Calvície! 8x mais forte que Minoxidil novo extrato aprovado pela Anvisa vira febre no Brasil

Anigi - Fim da Calvície

RECOMENDADAS PARA VOCÊ



DOCUMENTOS APRESENTADOS	
1	...
2	...
3	...
4	...
5	...
6	...
7	...
8	...
9	...
10	...
11	...
12	...
13	...
14	...
15	...
16	...
17	...
18	...
19	...
20	...
21	...
22	...
23	...
24	...
25	...
26	...
27	...
28	...
29	...
30	...
31	...
32	...
33	...
34	...
35	...
36	...
37	...
38	...
39	...
40	...
41	...
42	...
43	...
44	...
45	...
46	...
47	...
48	...
49	...
50	...
51	...
52	...
53	...
54	...
55	...
56	...
57	...
58	...
59	...
60	...
61	...
62	...
63	...
64	...
65	...
66	...
67	...
68	...
69	...
70	...
71	...
72	...
73	...
74	...
75	...
76	...
77	...
78	...
79	...
80	...
81	...
82	...
83	...
84	...
85	...
86	...
87	...
88	...
89	...
90	...
91	...
92	...
93	...
94	...
95	...
96	...
97	...
98	...
99	...
100	...



De carteira falsa da USP para ‘pegar meninas’ a furto de TV: a ficha de ‘Vermelho’, alvo da operação que mira hackers

Tribunal obriga filha de policial militar em união estável a devolver pensão

Aeroporto expõe tensão de Bolsonaro com governadores do Nordeste

DESTAQUES EM POLÍTICA



Deputado diz que campanha ‘Não é Não’ quer ‘tirar direito da mulher poder ser assediada’



Bolsonaro quer subsidiar conta de luz de igrejas

Lava Jato prende ex-senador do Pará por caixa 2 de R\$ 1,5 mi para Helder Barbalho

Lava Jato prende ex-senador do Pará por caixa 2 de R\$ 1,5 mi para Helder Barbalho

PUBLICIDADE



 **Tendências:**

Toffoli adia juiz de garantias por seis meses

Adesão do Brasil à OCDE será concluída ainda na primeira administração de Bolsonaro, diz secretário

Eleições 2020: saiba quais são as datas do calendário eleitoral

Huck não é centro-esquerda e representa a Globo, diz Lula

Chefe da Secom não informou empresa a Comissão de Ética da Presidência